

A contribuição do rádio para educação e inclusão de pessoas com deficiência visual

Resumo: A formação do indivíduo envolve práticas de sociabilidade para as quais plataformas de comunicação são um campo relevante na contemporaneidade. Em se tratando de pessoas com deficiência visual, o rádio se destaca como um meio eficaz de socioeducação. Esse trabalho aborda o uso do rádio por locutores com deficiência visual. Para tanto, segue procedimentos metodológicos de natureza qualitativa, amparados nos instrumentos da pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com locutores de rádio nos estados do Ceará e da Bahia, de forma a compreender a influência da prática radiofônica na relação da pessoa com deficiência visual com o mundo. O estudo aponta que o rádio constitui um meio de educação informal, na medida em que contribui para a formação cidadã de pessoas cegas que saem da posição de receptores e passam a emitir mensagens, passando a obter maior inclusão na sociedade. Percebeu-se também que o rádio foi um canal para o ingresso dos entrevistados na atuação em espaços de defesa dos direitos da pessoa com deficiência visual.

Palavras-chave: Educação informal. Comunicação. Inclusão.

Rosane da Silva Nunes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
rosane.nunes@yahoo.com.br

Erlane Cristhynne Felipe dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
erlanefelipe@gmail.com

Introdução

A unisensorialidade do rádio o torna um veículo peculiar em linguagens e narrativas, pois carrega um potencial semiológico bastante propício à interatividade e à imaginação. Não é por acaso que mesmo sendo o pioneiro na comunicação de massa, com quase um século de existência, ainda alcance consideráveis audiências em todas as faixas etárias. Trata-se de um veículo que se aproxima do público por meio da coloquialidade, da regionalização cultural e da emoção traduzidas principalmente pela performance vocal dos locutores. A voz é o principal elemento da linguagem radiofônica que, acompanhada da música, dos efeitos sonoros e até mesmo do silêncio, tecem narrativas que despertam a atenção do ouvinte. (SILVA, 1999) Além disso, o veículo guarda o potencial que pertence a todos os meios de comunicação: o de canal para o exercício da cidadania, tanto do emissor quanto do receptor.

No caso do rádio, devido à relativa facilidade técnica de veiculação, o acesso à produção de conteúdos é mais simples que na televisão e bem próximo da acessibilidade da internet, fato que torna o veículo rádio o mais propenso à comunicação e mobilização populares. Em sua gênese, o rádio foi instrumento

de educação, e ao longo de sua história, continua sendo um meio bastante utilizado por movimentos sociais em ações formativas de indivíduos ou grupos vulneráveis socialmente. Nas escolas, as rádios escolares são importantes instrumentos de educomunicação. Exemplo disso foram as Escolas Radiofônicas no município de Natal, experiência promovida pelo Serviço de Assistência Rural (SAR) que se tornou modelo para o Movimento de Educação de Base (MEB) em todo o Brasil. (CARVALHO et al., 2009) Sendo assim, esse meio de comunicação pode ser uma ferramenta de formação cidadã e inclusão social, inclusive para pessoas com deficiência visual. É sobre a relação entre esses sujeitos e o rádio que trata o presente trabalho.

Nosso objetivo é identificar o impacto da prática radiofônica na vida de pessoas com deficiência visual, quais as possíveis contribuições nos aspectos sociais, políticos e educacionais. Salienta-se que existe ainda pouca pesquisa e literatura quanto à relevância do rádio na comunicação de tais grupos, embora o uso desse veículo possa ser mais conveniente do que o uso de outros meios de comunicação como a televisão, tendo em vista que a linguagem audiovisual deixa algumas lacunas na informação, pois em sua maioria mostra imagens sem utilizar o recurso da audiodescrição. Esse recurso midiático, seja na plataforma convencional de transmissão por ondas ou via internet, pode ser utilizado também na educação a distância de pessoas com deficiência visual. Além disso, por meio desse instrumento, a transmissão de informações factuais vem sendo gerada de forma conveniente a um público desprovido do recurso visual.

Esse trabalho, realizado em decorrência de pesquisa de campo desenvolvida na disciplina Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ancora-se em pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que trará subjetividades das interpretações das autoras acerca dos dados levantados na pesquisa bibliográfica, uma das bases metodológicas dessa pesquisa. Também apresentaremos resultados de entrevistas semiestruturadas realizadas com locutores radiofônicos na condição de deficiência visual sobre suas vivências com o rádio. Tais percepções apoiarão reflexões teóricas sobre a relação entre rádio e formação cidadã.

Por se tratar de um trabalho que aborda o potencial educativo do rádio por pessoas com deficiência visual, reflexões teóricas sobre educomunicação e educação inclusiva serão norteadoras do

trabalho, bem como a historicidade da relação entre comunicação e educação no Brasil e da educação especial. Pode-se considerar, com o desenvolvimento desta pesquisa, a relevância social e científica do assunto abordado, por ser uma área de estudo com intuito de buscar instrumentos que favoreçam a inclusão social para serem aplicados no âmbito escolar, sendo um campo de prioridade da ciência e de emergência nos estudos em educação.

Um breve histórico da educação de pessoas com deficiência visual no Brasil: desafios e recursos acessíveis

A partir da década de 1970 surgem as organizações “de” e “para” pessoa com deficiência. Segundo Santos (1995, p. 24), “[...] até os anos 80 a integração desenvolveu-se dentro de um contexto histórico em que pesaram questões como igualdade e direito de oportunidades”. Isso implica dizer que começaram a surgir os movimentos de pessoas com deficiências que deram visibilidade à questão perante a sociedade, pois até então era como se esses indivíduos não existissem. Antes desse período, as pessoas com deficiência visual eram mais reservadas ao âmbito familiar. Pode-se assim dizer que aos olhos da sociedade mereciam caridade e não cidadania.

A criação da primeira instituição especializada, o Instituto Imperial de Meninos Cegos no Brasil, em 1854 – hoje Instituto Benjamin Constant na cidade do Rio de Janeiro (BRASSI, 2007) foi um marco. Vale destacar que contribuiu para a criação desse instituto a iniciativa de um jovem cego chamado José Álvares de Azevedo, que deflagrou, em 1850, um movimento por todo o Brasil em prol das pessoas que sofriam exclusão social apenas porque não enxergavam. Com esta iniciativa alavancou-se o processo de inclusão das pessoas com deficiência visual na sociedade. (BRASIL, 2016) Nesse período, o modelo de educação adotado para a pessoa cega e com baixa visão tinha no Instituto Imperial o único educandário. Fernandes (2002) corrobora a pertinente contribuição do já citado José Álvares de Azevedo, pois este brasileiro que estudou em Paris, trouxe o sistema braile para o Brasil. Com isso, o imperador Dom Pedro II, entusiasmado como o que viu, criou o referido instituto e deu início ao período da história tendo como protagonistas as pessoas cegas na história da educação no Brasil.

Foi de grande impacto a criação do Instituto Benjamin Constant, pois foi o primeiro da época no qual as pessoas com deficiência visual começaram a ter educação formal. Isso foi um marco, mesmo sabendo que ainda era uma minoria a ter acesso a esse equipamento educacional. Tempos depois, as escolas começam a acolher pessoas com deficiência em salas comuns, instaura-se o processo de inclusão que até hoje está em curso.

Nessa longa trajetória histórica educacional da pessoa com deficiência visual existiram os desafios que estão diretamente relacionados ao preconceito e desconhecimento de suas condições, além das questões dos recursos utilizados por essas pessoas no processo de formação educacional, sobre o qual é imprescindível destacar que esta já tem um déficit em relação aos ditos “normais”. Tendo em vista os vários fatores que dificultam a inclusão plena de tais pessoas, o preconceito figura como o maior deles. Como consequência, muitas pessoas nessa condição sofrem discriminação nas escolas, assim como em diversas esferas sociais.

Isso se explica em razão da cultura que permeia a sociedade, uma vez que somos criados para não reconhecer as diferenças, uma problemática que vem sendo tratada pela educação para os direitos humanos, que atualmente se pauta não apenas pela igualdade de direitos, mas pelo direito a serem respeitadas todas as diferenças. (CANDAUI, 2008) O preconceito vem atuando como um sentimento ou opinião arraigado que tem influenciado o comportamento humano em diversos aspectos. Uma circunstância na qual a busca pela desintegração da discriminação ao diferente representa uma ação de difícil alcance, considerando-se a necessidade de mudanças no comportamento das pessoas perante o entorno das diferenças e do desconhecido no âmbito social. Candau e colaboradores (2012) enfatiza que os preconceitos e as discriminações encontram-se radicados nas mentalidades e no imaginário coletivo da sociedade, impregnando o cotidiano, os comportamentos, as atitudes e as práticas sociais. Para os autores:

Desintegrá-los exige um processo consciente, cuidadoso e sistemático de desnaturalização, sensibilização, reflexão e ação no plano pessoal e coletivo, que trabalhe os âmbitos cognitivo, afetivo, simbólico, cultural e político-social. [...] Somente na articulação entre práticas educativas, culturais e político-sociais é possível avançar. Trata-se de um processo complexo e de longo prazo. (CANDAUI et al., 2012, p. 79)

Na condição da pessoa com deficiência, o preconceito é uma das principais barreiras enfrentadas, pois se encontra alicerçado na falta de conhecimento da deficiência em si, por ser vista como uma incapacidade que limita as pessoas a diversas esferas sociais. De acordo com Melo (2010), o desconhecimento e os estigmas formados em torno da deficiência contribuem para que essas pessoas sejam vistas como seres interpretáveis.

Além do maior desafio que é enfrentar o preconceito, existem diversas barreiras, entre elas o acesso aos dispositivos eletrônicos de altos custos, como por exemplo, o JAWS, leitor de tela que permite a pessoa com deficiência visual ter autonomia diante de um computador. Existem ferramentas que propiciam acessibilidade, tanto no que se refere ao mundo cultural quanto científico. A falta dessas ferramentas provoca o acesso restrito à informação. Esse fato ocorre em razão da necessidade de materiais adaptados, sejam estes em braile, escrita ampliada, sintetizadores de voz, áudio livros, dentre outros.

Pensando a educação em outros contextos, a realidade é a mesma, visto que a precariedade de recursos permanece. Nessa conjuntura, o rádio pode constituir um instrumento relevante na educação, por se tratar de um veículo de comunicação essencialmente falado. Desta forma, traz para o cotidiano da sociedade, assim como para a vida das pessoas com deficiência visual, grandes contribuições. Salienta-se que apesar de vários formatos midiáticos atualmente disponibilizados, o rádio ainda hoje é umas das principais fontes para que a pessoa com deficiência se mantenha informada acerca do que ocorre na sociedade, posto que muitas vezes tais pessoas não dispõem de outro veículo condizente com suas necessidades de acordo com as possibilidades existentes.

O papel dos veículos de comunicação na formação socioeducacional do indivíduo

Antes de abordar a questão específica da afinidade do rádio com a formação cidadã da pessoa cega, necessário é destacar a relação estreita entre comunicação e educação – seja formal ou informal, pois em tempos em que os meios de comunicação interferem tão diretamente na leitura de mundo das pessoas, como alerta Caldas (2006, p. 118), “[...] não há mais como negar a importância de pesquisas integradas entre esses dois campos de estudo

[comunicação e educação]”. No Brasil, o hibridismo de práticas educativas com técnicas da comunicação surgiu mais fortemente na década de 1970. (SOARES, 2011) Os debates acadêmicos acerca desses dois campos problematizam a interdependência entre eles e, nesse contexto, foi consolidado, na década de 1990 “um novo campo do saber, absolutamente interdisciplinar e com certa autonomia em relação aos tradicionais campos da educação e da comunicação”. (SOARES, 2011, p. 35) Esse novo campo epistemológico aproxima áreas que até pouco tempo eram consideradas com especificidades e finalidades distintas, possibilitando novas leituras, questionamentos, investigações e construção de saberes. Esse segmento de estudo da interface entre educação e comunicação conta com um vasto arcabouço de pesquisas (BACEGGA, 2003; BALTAR, 2012; CALDAS, 2006; SOARES, 2011, entre outros). Além destes, autores clássicos como Kaplun (1999) e Freire (1996, 1997) trazem importantes contribuições para o tema; o primeiro para criticidade para com os discursos da mídia e formação de uma recepção ativa e o segundo na vertente da educação dialógica.

O uso da educação dialógica, princípio definido por Freire (1967), pressupõe que para existir conhecimento é necessária uma relação social igualitária que promova práticas sociais transformadoras. As criações audiovisuais e as rádios comunitárias são exemplos de projetos criados por meio de dispositivos tecnológicos que são utilizados no processo educativo de determinado grupo social e, em grande parte, fora do âmbito escolar, no espaço cotidiano vivido, pois segundo Freire (1992) (1997) a sala de aula não é lugar exclusivo de aprendizagem e a comunicação potencializa a formação na medida em que promove a troca de conhecimentos, o que antes era apenas um fluxo informativo passa a ter uma dimensão educativa.

Para além do viés comunicativo da educação dialógica, há que se atinar para o fato de que vivenciamos hoje o que Rubim (2000) denomina Idade Mídia, uma sociedade cuja ambiência se estrutura e se fundamenta no arcabouço da comunicação midiática. Passamos por mudanças socioculturais advindas com novos modos de circulação da informação, processo que Martin-Barbero (2014) classifica como descentramento do livro como eixo de todo acesso ao saber, fazendo com a que a escola precise conviver com “saberes-sem-lugar-próprio”. O autor considera que esse processo não significa o desaparecimento do espaço-tempo-escolar, mas

alerta que “[...] as condições de existência desse tempo se veem transformadas porque os saberes que nela se ensinam encontram-se atravessados por saberes do ambiente telecomunicativo” (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 83), referindo-se aos conteúdos gerados através das plataformas de telecomunicação, rádio, televisão e telefonia. Portanto, os saberes mediados pelos veículos de comunicação constituem hoje um lugar de formação, inclusive no que tange a assuntos relacionados aos Direitos Humanos, entendido nesse trabalho como tangencial à inclusão de pessoas com deficiência visual, tanto na escola como no mundo do trabalho - segundo o relatório Mídia e Direitos Humanos (ANDI, 2006) questões de diversidade ocupam o segundo lugar na abordagem de Direitos Humanos feita pela imprensa brasileira.

No entanto, o potencial socioeducativo dos veículos de comunicação não reside somente no acesso às informações midiáticas, mas também na possibilidade de gerar conteúdos. No caso do rádio, a emissão de mensagens se torna ideal para as pessoas com deficiência visual, já que este meio é unisensorialmente auditivo. Ademais, o rádio possui expressiva popularidade e alcance geográfico. As características desse veículo estão representadas, principalmente, pelo tipo de linguagem utilizada, pela mobilidade que permite tanto ao ouvinte como ao emissor, pelo baixo custo investido na transmissão e na recepção. No tocante à linguagem, destaque-se a oralidade mediatizada (SILVA, 1999), cuja mensagem é transmitida através da linguagem da fala acrescida dos demais elementos da linguagem radiofônica – música, silêncio e ruídos – e mediada por um meio de comunicação eletrônico, permitindo que o público possa decodificá-la sem dificuldade, uma vez que a linguagem do rádio possibilita a aplicação da performance vocal sobre a mensagem textual, formando um texto verbal-oral que gera identificação com o ouvinte. Esta é uma vantagem perante o meio impresso e também uma facilidade frente à televisão, a qual várias vezes se utiliza da escrita para complementar a mensagem, inclusive com legenda de entrevistados e apresentação de dados. A coloquialidade inerente à linguagem radiofônica, responsável pela espontaneidade que cativa os ouvintes, é também um ponto forte de atração às pessoas cegas, que sentem na voz a aproximação necessária à identificação com o locutor e por consequência, ao acolhimento da mensagem emitida.

Godoy (2003), em pesquisa sobre a relação entre o rádio e o deficiente visual, constatou que as características que esse público mais admira no locutor são a espontaneidade, a simplicidade e a forma simpática e sincera de tratar o ouvinte. O uso correto de técnicas de redação radiofônica, como a ordem direta nas frases e períodos curtos, também foi apontado pelas pessoas com deficiência visual como recursos que facilitam o entendimento da mensagem. Outro aspecto relevante apontado na pesquisa é que os demais veículos discriminam quem pode enxergar, conforme relato de um dos entrevistados pela pesquisadora: “[...] é discriminação quando dizem ligue para o número em sua tela. No rádio a pessoa fala e repete a informação... para mim não tem nada que o substitua”. (GODOY, 2003, p. 8) Uma característica valorizada por muitos no rádio é servir como companhia, sendo este um atributo indicado pelos entrevistados também: “eu concordo com a ideia de que o rádio chega mais perto das pessoas, através do rádio você consegue transmitir muitas coisas para as pessoas, mais que a televisão” (GODOY, 2003, p. 9). Essa sensação de proximidade, de companhia, dá-se tanto pelas características supracitadas do veículo como pelo potencial do som de mediador entre o mundo material e o invisível, fazendo com que os conteúdos transmitidos pela oralidade mediatizada do rádio tenham uma carga emocional, como frisa Kaseker (2012, p. 33), “uma característica bastante comum é associação da escuta a condição de solidão. O rádio é companheiro e conecta o ouvinte a vozes familiares que sempre estarão por perto”.

Com base nas considerações até aqui destacadas, nota-se que o rádio pode ser largamente utilizado por pessoas cegas, tanto na qualidade de ouvintes como de locutores. É sobre esse último segmento que trata o recorte empírico desse trabalho, o qual iremos apresentar a seguir.

Percepções de pessoas com deficiência visual sobre o uso do rádio na formação cidadã

Considerando que o trabalho aborda questões referentes ao rádio e a pessoa com deficiência visual, é imprescindível saber a opinião de tais pessoas a respeito desse veículo de informação e comunicação. Para tanto, trazemos percepções de dois locutores, por meio de entrevistas realizadas em maio de 2016. A amostragem

não tem suporte quantitativo, pois optamos por uma abordagem qualitativa, base maior da pesquisa social. O instrumento metodológico foi questionário semiestruturado, que apontou para quatro pontos-chave: o que o rádio representa para o entrevistado, na condição de ouvinte e na condição de locutor; como se tornou locutor; quais as dificuldades enfrentadas e qual a influência da locução radiofônica para a formação cidadã. As entrevistas, com cerca de 60 minutos cada, foram transcritas e analisadas segundo categorias previamente definidas: representação do rádio; historicidade – trajetória de vida como locutor; dificuldades inerentes à deficiência visual, influência do veículo para formação social. Foram entrevistados dois locutores¹, sobre os quais discorreremos a seguir.

José Veríssimo dos Santos, 54 anos, é divorciado, cursou o ensino médio e reside em Juazeiro do Norte, Ceará. Possui cegueira congênita, é ouvinte de rádio desde os nove anos de idade e sempre gostou de ouvir programas de forró. Foi com eles que aprendeu a tocar sanfona, sozinho, apenas ouvindo o rádio. É locutor de rádio há 17 anos, começou na rádio comunitária Líder FM, em Juazeiro do Norte e atualmente trabalha na Rádio Verde Vale AM, localizada no mesmo município e detentora de larga audiência na região. É fundador e presidente da Associação de Pessoas com Deficiência Visual do Cariri. A entrevista com Veríssimo foi realizada presencialmente, em 27 de maio de 2016.

Humberto Pires do Carmo, 49 anos, é solteiro, cursou até o ensino médio e reside em Salvador, Bahia. Sua condição de deficiência visual é congênita, causada por glaucoma, o que o fez com cinco anos perder a visão por completo. É ouvinte de rádio desde os cinco anos de idade e sempre gostou de ouvir programas de notícias e de música sertaneja, mas gostava de Jazz e Blues também, aproximando-se depois do Rock e do estilo Pop. É locutor de rádio há dois anos, militante e ativista do Movimento Visibilidade Cegos Brasil (VCB), que defende a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, em especial das que possuem deficiência visual. Esse movimento fundou uma rádio em 2014.²

Indagados sobre o que o rádio representa para si na condição de ouvinte, Veríssimo é taxativo: “*Representa tudo. Ele foi e continua sendo meu companheiro*”. Sua resposta reafirma o caráter educativo não formal do rádio, além de seu potencial de fazer companhia aos ouvintes, como frisou Kaseker (2012). Já Humberto usou um

(1) Os entrevistados assinaram termo de autorização de uso de depoimentos e imagens.

(2) Disponível em: <www.visibilidadecegosbrasil.com.br>. Acesso em: 17 jun. 2016.

tom poético, mas sucinto, dizendo: “Um veículo maravilhoso de comunicação. É a diferença entre ter o mundo ou não ter.” Essa opinião sobre o rádio vai ao encontro do pensamento de Godoy (2002), para a qual os veículos de comunicação podem manter informados todos dos cidadãos de forma crítica, incluindo-os na sociedade. Muito embora em diversos momentos esse papel social deixe algumas lacunas - como em diversas situações em que as pessoas com deficiência visual se deparam com um noticiário posto na televisão, não permitindo uma compreensão exata do que está acontecendo.

Sobre o sentido do rádio para os entrevistados, Veríssimo destaca o apoio desse veículo na promoção de seu trabalho como músico, pois além de sanfoneiro, é também compositor e cantor, tendo gravado um CD: *“em primeiro lugar eu sou artista e sem o rádio, o artista não vai a lugar nenhum, é ele quem divulga nosso trabalho”*. Nessa resposta, o entrevistado aponta para uma característica do veículo ainda não considerada na pesquisa, o potencial de afirmação social que o meio de comunicação dá ao locutor e, tendo essa deficiência visual, tal exposição pode ajudá-lo a superar barreiras e firmá-lo como cidadão que tem uma profissão, no caso, a de músico. O locutor Humberto destaca que também é músico, sanfoneiro, tecladista, compositor e cantor. Frisou sobre a importância do rádio para o seu trabalho como locutor, dizendo: *“É uma forma de expressão que não tem barreiras”*.

Conhecer a forma de ingresso na profissão de locutor é importante para compreender quais os possíveis canais de acesso da pessoa com deficiência visual em um mundo marcado pela exclusão. No caso de Veríssimo, a porta para esse mundo foi a música. Começou tocando em bandas de forró, em seguida gravou seu primeiro CD. Desse modo veio sua proximidade com os bastidores do rádio e conseguiu liderar um programa musical em uma rádio comunitária. Notamos aqui a importância do acesso à arte e cultura para afirmação da pessoa, pois foi através dela que uma pessoa na condição de deficiência chegou à profissão de radialista. Para Humberto, tendo em vista o movimento VCB, surgiu a necessidade de se criar um espaço virtual de interação para tratar de assuntos do interesse deste público. Como afirma Humberto, o movimento *“precisava de um locutor que tivesse coragem de dizer o que muitos locutores não poderiam jamais falar... eu me coloquei na posição de voluntário e deu certo.”*

Quanto às dificuldades enfrentadas para exercer a profissão, Veríssimo afirmou que não possuía nenhuma dificuldade. Já Humberto enfatizou que os softwares mais novos de rádio não permitem acesso pleno à pessoa com deficiência visual. Questionamos o porquê dessa falta de acessibilidade e ele prontamente respondeu:

As mais modernas ferramentas de produção de rádio que funcionam no computador, elas possuem cronômetro para que as inserções dos comerciais aconteçam na hora exata e essa inserção já gera automaticamente os custos. Todo o sistema de gerenciamento de uma rádio, desde os discos que a rádio toca até o holerite que paga as pessoas... O sistema de cobrança de direitos autorais, tudo isso é gerenciado por um só programa. Esse programa é inacessível. Eu só posso dizer da seguinte forma: a rádio, desde a discoteca até sair no pagamento do presidente da rádio é automatizado. É baseado em cálculos dentro do próprio programa. E esse programa é inacessível. Assim como os códex são inacessíveis, também o transmissor de streaming³ é inacessível. Tudo isso é inacessível, nos novos programas, nas novas plataformas. Enfim, as novas plataformas de transmissão de rádio no computador, quer seja rádio FM ou rádio WEB, são plataformas totalmente inacessíveis para a pessoa com deficiência visual. Por essa razão usamos as ferramentas antigas, tendo em vista que as atuais são inacessíveis. E até mesmo essas antigas são parcialmente acessíveis.

Cabe destacar que Veríssimo é apenas locutor, não faz uso das ferramentas radiofônicas. Já Humberto Pires, é locutor e operador de mesa, tanto faz a locução como também opera diretamente com as ferramentas, tendo, portanto, maior vivência nessa área para expressar sua opinião quanto a acessibilidade das mesmas.

Por fim, indagados sobre qual a influência do rádio para a formação cidadã, Veríssimo apontou que foi o respeito adquirido ao tornar-se locutor:

Antes de eu trabalhar no rádio, era muito desrespeitado por algumas pessoas que me tratavam por cego. Primeiro eu fico pensando: eu não sou 'cego', pois os 'cegos' pra mim são aquelas pessoas que estão vendo uma coisa errada e não procuram fazer de forma correta; segundo, porque para se fazer determinadas coisas, mesmo sem estar vendo nada, eu faço. Como por exemplo: trocar uma tomada, mexer em eletricidade... Sei como colocar um cano d'água, subir num telhado para consertar uma goteira; eu sei as ruas, as lojas...

(3) Forma de transmissão de som e imagem que dispensa efetuar download, a transmissão ao usuário é direta.

Diante disso, como vou me colocar como uma pessoa “cega”? E frente a isso o rádio me trouxe esse respeito, porque hoje as pessoas me consideram por Veríssimo, quando não sabem o meu nome, me chamam por o radialista, o sanfoneiro... Mas ninguém mais me chama de cego não. Isso foi depois que eu comecei a trabalhar no rádio. Por isso que o rádio pra mim é tudo.

Na fala de Veríssimo, é possível identificar o pilar do discurso inerente aos direitos humanos: “o respeito ao outro.” Foi com o rádio que ele obteve esse direito de ser respeitado pelo que se é. No caso de Humberto, destacou: “*Têm toda influência para minha formação de cidadão... me tornei uma pessoa mais consciente da cidadania e dos seus reflexos sobre a sociedade, depois que me tornei um locutor de rádio.*”

Com base nas percepções dos entrevistados, podemos inferir que o rádio representa para a pessoa com deficiência visual a possibilidade de inclusão nas relações de sociabilidade, fato que por si só, já denota o potencial socioeducacional dessa plataforma de comunicação.

Considerações Finais

Buscamos trabalhar os pontos nodais entre esferas importantes na tessitura complexa dos debates, em torno da educação inclusiva, ao aproximar a temática da educação não formal proporcionada pelo acesso a um veículo de comunicação de caráter fortemente popular que é o rádio. Portanto, os elementos teóricos e empíricos aqui apresentados lançam luz sobre questões relativas aos direitos humanos e a importância do exercício destes para a formação social do indivíduo, tendo como fio condutor desse processo formativo a prática da comunicação midiática, a qual ingressou definitivamente no campo da educação desde o surgimento da sociedade e da informação.

As percepções dos entrevistados corroboram a forte interface entre comunicação e educação ao apontar para o viés formativo desse veículo para os locutores com deficiência visual. Entendemos que os resultados obtidos constituem um recorte delimitado da questão e que, devido a ainda baixa produção científica sobre o uso do rádio por pessoas com deficiência visual, o trabalho pode contribuir para a construção de conhecimento nessa área. No entanto, há muito o que se vislumbrar nessa relação entre educação

inclusiva, comunicação e cidadania. Esse estudo oferece uma contribuição ao trabalho realizado dentro e fora da academia no sentido de fortalecer essa tríade.

The contribution of radio to education and inclusion of people with visual impairment

Abstract: The subject's formation involves sociability practices on which communication platforms are a relevant field nowadays. In the case of visually impaired people, the radio stands out as an effectiveness way to socioeducation. This paper discusses the use of radio by visually impaired announcers. Therefore, it follows methodological procedures of qualitative nature, supported by bibliographical research instruments and semi-structured interviews with radio announcers in the states of Ceará and Bahia in order to understand the influence of radio practice on the relationship between visually impaired people with the world they live in. The study indicates that the radio is a resource of informal education as it contributes to citizenship education of the visually impaired who leaves the position of receivers and starts emitting messages, thus getting more inclusion into the society. It is also noticed that the radio was a channel for the entry of interviewed people on spaces of defense of the rights of visually impaired people

Keywords: Informal education. Communication. Inclusion.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *Mídia e direitos humanos*. Brasília: ANDI, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Unesco, 2006. 372 p.

BACCEGA, M. A. Televisão e escola: aproximações e distanciamentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador, *Anais...* Salvador: Intercom, 2002. p. 1-22.

BALTAR, M. *Rádio escolar: uma experiência de letramento midiático*. São Paulo, Cortez, 2012. 163 p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instituto Benjamin Constant: o IBC*. 2016. Disponível em: <<http://www.IBC.gov.br/o-IBC>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

BRASSI, K. B. *O papel do professor comum diante da cegueira*. 2007. 52 f. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. cap. 1, p. 11 -15. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~pedagogia/novo/files/tcc/tcc_turma_2004/248967.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2016.

CALDAS, Graça. Mídia, escola e leitura crítica do mundo. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 117-130, jan./abr. 2006.

CANAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira da Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.

CANAU, V. M. (Coord.). *Somos todos iguais?* Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: Lamparina. 2012. p. 71-80.

CARVALHO, M. A.D.et al. *Escolas radiofônicas de Natal*: uma história construída por muitos. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2009. 154 p.

FERNANDES, C. (Comp.). *Só biografias*. 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/index.html?submit=Home+Page>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança*: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GODOY, E. R. Rádio: o informante dos que não enxergam. 2002. 107 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. cap. 1. p.11-21. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87212/227678.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 maio 2016.

GODOY, E. R. Rádio: um companheiro do cego. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Intercom, 2003.

KAPLUN, M. Processos educativos e canais de comunicação. *Revista Comunicação e Educação*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 68-75, jan./abr. 1999.

KASEKER, M. P. *Modos de ouvir*: a escuta radiofônica ao longo de três gerações. Curitiba: Champagnat, 2012.

MARTIN-BARBERO, J. *A comunicação na educação*. São Paulo: Contexto, 2014.

MELO, F. R. L. V. *Interações com pessoas com deficiência*: algumas orientações básicas. Natal: Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, 2010. p. 1-9.

RUBIM, A. A. C. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000.

SANTOS, M. P. Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa. *Revista Brasileira de Educação*, Piracicaba, Especial, n.3, p. 21-29, maio/ago.1995.

SILVA, J. L. de O. A. da. *Rádio*: oralidade mediatizada. São Paulo: Annablume, 1999. 116 p.

SOARES, R. P. A. A mídia como educadora coletiva: cidadania ou apatia? In: MELO, J. M. et al. *Educomídia, alavanda da cidadania*. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco; Universidade Metodista de São Paulo, 2006.p. 105-131.

Submetido em: 03/11/2016

Aceito em: 04/04/2017